

O FAZER LITERÁRIO EM TORNO DAS LACUNAS DA HISTÓRIA OFICIAL

Camila dos Reis Iglesias Pazolini*

Resumo: com a finalidade de analisar o entrecruzamento de textos literários e históricos que tratam da colonização brasileira, o presente artigo expõe uma reflexão sobre as abordagens historiográficas, tais como a Micro-história e a Nova História Cultural, baseadas em Burke (2008), Vainfas (2002), Chartier (2010), dentre outros, que se coadunam com o fazer artístico dos literatos selecionados, Oswald de Andrade, José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta, pois estes colocam em foco personagens que figuravam à margem dos discursos literários e históricos. Busca-se perceber que os textos elencados para estudo, e são eles: os poemas “brasil”, “erro de português” e “meninas da gare”, de Oswald de Andrade, e o romance Terra Papagalli, de Torero e Pimenta, além de proporcionar fruição ao leitor, intentam preencher as lacunas deixadas pela história oficial.

Palavras-chave: Literatura. História oficial. Colonização.

THE LITERARY MAKING AROUND THE GAPS OF THE OFFICIAL HISTORY

Abstract: in order to analyze the intersection of literary and historic texts that deal with the Brazilian colonization, the actual article presents a reflection about the historiographical approaches, such as Microhistory and New Cultural History, based on Burke (2008), Vainfas (2002), Chartier (2010), among others, which coadunate with the artistic making of the following writers, Oswald de Andrade, José Roberto Torero and Marcus Aurelius Pimenta. These writers bring into focus characters that appeared on the sidelines of the literary and historical discourses. The following text aim to understand the approaches cited above, and they are: the poems “brazil”, “erro de português” and “meninas de gare”, by Oswald de Andrade, and the romance “Terra Papagalli”, by Torero and Pimenta. Besides providing enjoyment to the reader, these texts try to fulfill the gaps left by official history.

Keywords: Literature. Official History. Colonization.

* Mestre em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo.

Diante de um novo cenário de discussões acerca da história e do ofício do historiador, estimuladas por aqueles que buscam contestar a abordagem positivista e historicizante dos conhecimentos, como a Nova História e a História Cultural, dentre outros movimentos, consideramos importante refletir sobre a reverberação disso no fazer literário e, principalmente, na articulação entre a literatura e a história.

Essa necessidade se aponta para nós uma vez que as obras literárias têm, com maior frequência, estabelecido um diálogo direto com a história. Tomamos como ponto de partida para nossas observações o *corpus* desta pesquisa: *Terra Papagalli*, de José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta, publicado em 1997, e os poemas de Oswald de Andrade “meninas da gare”, que faz parte do livro *Pau- Brasil* publicado em 1925, “brasil” e “erro de português”, do livro *Primeiro caderno de poesia do aluno Oswald de Andrade*, publicado em 1927. Todos os quatro textos referência são passíveis desse tipo de análise, pois remetem à história, não no sentido de legitimar o passado, mas de constantemente questioná-lo, propondo, dessa forma, uma ressignificação dos fatos. Para isso, os autores usaram a via da paródia, recurso de linguagem que explora a crítica e o humor, provocando um mundo às avessas, como aponta Bakhtin.

Os requisitos necessários à narração histórica, tais como documentos de referência e provas, não são exigidos às obras de ficção, que podem valer-se de determinados eventos para reinventá-los, inclusive contrariando as versões legitimadas pelo discurso oficial. É o caso de Cosme de *Terra Papagalli*, um degredado elevado à condição de “descobridor” da nação, e do poema “brasil” de Oswald de Andrade, em que negros e índios são incluídos no discurso de formação do Brasil. Nos dois exemplos, temos lacunas (ausência ou emarginação e sujeitos/espacos/eventos) deixadas em aberto pela história oficial, e que os textos literários preenchem com referências imaginárias, cuja relação com o real, todavia, acaba sendo mais intensa e profunda do que a tecida pelos discursos históricos.

Chartier (2010, p. 12) nos diz que:

Só o questionamento dessa epistemologia da coincidência [análise dos pontos em comum entre os discursos e os fatos] e a tomada de consciência sobre a brecha existente entre o passado e sua representação, entre o que foi e o que não é mais e as construções narrativas que se propõem a ocupar o lugar desse passado permitiram o desenvolvimento de uma reflexão sobre a história, entendida como uma escritura sempre construída a partir de figuras retóricas e de estruturas narrativas que também são as da ficção.

Segundo o autor, a intenção de verdade constitui o discurso histórico, porém este se confronta comumente com as lacunas da documentação, fazendo da escritura da história algo desdobrado, folheado e fragmentado. Os historiadores, já na virada do século XX para o atual, sabem que o conhecimento que produzem não é mais que uma das modalidades da relação que as sociedades mantêm com o passado (CHARTIER, 2010). Com isso, é possível perceber nas obras de ficção, em algumas, e na memória, coletiva ou individual, a presença do passado de maneira mais poderosa do que nos livros de história.

Para Chartier (2010, p. 24):

Entre história e ficção a distinção parece clara e resolvida se se aceita que, em todas as suas formas (míticas, literárias, metafóricas), a ficção é “um discurso que ‘informa’ do real, mas não pretende representá-lo nem abonar-se nele”, enquanto a história pretende dar uma representação adequada da realidade que foi e já não é.

Essa distinção, como aborda o estudioso, tem sido ofuscada em primeiro lugar pela evidenciação da força de representação proposta pela literatura. Algumas obras literárias esboçaram, com maior ênfase que os escritos dos historiadores, as representações coletivas do passado. Como exemplo, Chartier expõe o romance do século XIX que se apoderou do passado deslocando fatos e personagens históricos, colocando na ficção situações que foram reais ou que são apresentadas como reais. Em segundo lugar, ele mostra que a literatura não se apodera só do passado, mas dos documentos e técnicas que manifestam a condição de conhecimento da disciplina história. Para Chartier isso não teria a finalidade de produzir “efeitos de realidade”, expressão cunhada por Roland Barthes, mas de criar a ilusão de um discurso histórico. O que para alguns historiadores parece sem muita importância, para esse estudioso acarreta um desafio essencial. Conforme expõe:

Numa época em que nossa relação com o passado está ameaçada pela forte tentação de criar histórias imaginadas ou imaginárias, é fundamental e urgente a reflexão sobre as condições que permitem sustentar um discurso histórico como representação e explicação adequadas da realidade que foi (CHARTIER, 2010, p. 31).

A ligação entre história e literatura pode se justificar pelo uso que as duas fazem dos discursos, uma buscando uma maior objetividade ao analisá-los, tentando neles inferir as marcas dos fatos, já a outra, explorando o imaginário e a estética, sem necessariamente se preocupar com a verdade daquilo com que trabalha, embora se apegue à lógica interna do universo que aborda.

Hutcheon (1991, p. 21-22) denomina o tipo de obra literária que abarca o histórico como metaficção historiográfica:

Com esse termo, refiro-me àqueles romances famosos e populares que, ao mesmo tempo, são intensamente auto-reflexivos e mesmo assim, de maneira paradoxal, também se apropriam de acontecimentos e personagens históricos. [...] A metaficção historiográfica incorpora todos esses três domínios (literatura, história, teoria), ou seja, sua autoconsciência teórica sobre a história e a ficção como criações humanas (metaficção historiográfica) passa a ser a base para se repensar e sua reelaboração das formas e dos conteúdos do passado.

A autora faz essa abordagem ao analisar o pós-modernismo, que para ela é um fenômeno cultural “fundamentalmente contraditório, deliberadamente histórico e inevitavelmente político” (HUTCHEON, 1991, p. 20). Nesse fenômeno, a presença do passado não é um retorno nostálgico, mas uma reavaliação crítica e um diálogo irônico, por isso a paródia torna-se um recurso importante para essa literatura.

O romance de Torero e Pimenta tem justamente esse caráter. Nele, as críticas e ironias se fazem por meio da paródia em diversos níveis: paródia da história, de personagens históricos, de textos acerca da colonização considerados importantes, como a *Carta de Caminha* e o Tratado da Terra do Brasil, de Pero de Magalhães de Gândavo, constituindo uma grande carnavalização sobre o fato histórico da colonização.

Na referida obra, Cosme, um degredado de Portugal, assume o lugar de Cabral e descobre o Brasil ao levar um pontapé de um soldado para consertar uma vela. É ele, Cosme, que relata, como o fez Caminha, os primeiros contatos com os indígenas, a primeira missa, dentre outros acontecimentos. Torna-se o rei do Brasil nas primeiras décadas de colonização e implanta o negócio bem sucedido do tráfico de escravos indígenas. O mundo ao revés constantemente se faz presente no romance.

De forma semelhante, ainda que elaborados em pleno movimento modernista, os poemas de Oswald de Andrade que selecionamos para esta pesquisa também revisitam fatos e narrativas históricas, não para consolidá-los, mas para interpretá-los em uma dimensão crítica e irônica. No projeto nacionalista do poeta, as nossas origens, embora celebradas, são deslocadas para sujeitos que tradicionalmente ficaram à margem da construção identitária nacional, ou que foram por ela instrumentalizados em prol de uma narrativa exclusiva. Em seu poema “brasil”, por exemplo, expõe, de forma irônica, os elementos fundadores de nossa sociedade e cultura: o branco, o índio e o negro.

brasil

O Zé Pereira chegou de caravela
E perguntou pro guarani de mata virgem
-Sois cristão?
-Não, Sou bravo, sou forte sou filho da morte
TetetêtetêQuizáQuizáQuecê!
Lá de longe a onça resmungava Uu! Ua! uu!
O negro zonzo saído da fornalha
Tomou a palavra e respondeu
-Sim pela graça de Deus
Canhem Babá Canhem Babá Cum Cum!
E fizeram o carnaval.

(ANDRADE, 1974, p. 169-170).

Já em “as meninas da gare” há o questionamento implícito das “vantagens” do desenvolvimento da civilização, pois contrapõe, com a figura das prostitutas na estação de trem, a figura das índias em estado de nudez e inocência natural/ original.

as meninas da gare
Eram três ou quatro moças bem moças e bem gentis
Com cabelos mui pretos pelas espáduas
E suas vergonhas tão altas e tão saradinhas
Que de nós as muito bem olharmos
Não tínhamos nenhuma vergonha

(ANDRADE, 1974, p. 80).

Enfim, no poema “erro de português”, paródia mais que explícita do fato histórico do “descobrimento”, concretiza o que Bakhtin define como “o mundo ao revés”, no momento em que, ao definir a colonização como “erro de português” derivado de um dia de chuva, a contrapõe a uma realidade utópica, resultado de um dia de sol, onde o português é desvestido pelo índio.

erro de português

Quando o português chegou
Debaixo de uma bruta chuva
Vestiu o índio
Que pena!
Fosse uma manhã de sol
O índio tinha despido
O português

(ANDRADE, 1974, p. 177).

Nesse sentido, vale salientar que tanto as poesias modernistas de Oswald de Andrade, como o romance pós-moderno de Torero e Pimenta, fazem, assim como defende Hucheon (1991, p. 230), “com que seus leitores questionem suas próprias interpretações (e, por implicação, as interpretações dos outros)”¹ Mais claramente, a metaficção historiográfica não tem intenção de reproduzir acontecimentos, mas sim de orientar-nos para os fatos e as novas maneiras de pensarmos sobre os acontecimentos. E é exatamente quando buscamos essas novas formas de pensar sobre os fatos que as lacunas da história são percebidas. O passado só nos torna acessível por intermédio dos textos e esses não são neutros porque são sociais e, também, produtos históricos, como afirma o historiador português Fernando Catroga (2009).

No tocante ao caráter social dos textos sobre o passado, é útil pensar sobre a questão das culturas. No embate com a história positivista, aquela que defendia deter a verdade absoluta acerca dos fatos, alguns historiadores começaram a prática de uma historiografia que percebesse o que havia sido deixado de fora e era importante para a compreensão dos acontecimentos históricos. Nessa busca houve então a ascensão da história cultural para uma “virada cultural” (BURKE, 2008, p. 8) em que os valores dos grupos particulares, em locais e períodos específicos, começavam a ganhar espaço. Nesse contexto, os historiadores da revista francesa *Annales* contribuíram com o rompimento de uma historiografia que cultuava os heróis e atribuía aos homens de elite toda ação histórica. Burke (2008, p. 32-33) aponta que para essa nova abordagem: “A tentação a que o historiador cultural não deve sucumbir é a de tratar os textos e as imagens de um certo período como espelhos, reflexos não problemáticos de seu tempo”.

Essa nova tendência historiográfica vai provocar, entre as décadas de 1960 e 1990, uma grande aproximação da história com a antropologia, sendo decorrente também da ascensão dos estudos culturais seguindo o modelo dirigido por Stuart Hall. Com isso, o termo cultura se pluraliza, ganhando um sentido cada vez mais amplo e fazendo com que os estudiosos recorram a diversas áreas, como psicologia, geografia, economia, entre outras, para tentar se aproximar da realidade do seu objeto de análise, seja um fato ou um acontecimento.

Segundo Burke (2008), a partir de 1980, busca-se a história cultural de tudo, de sonhos, da comida, do humor, da memória, etc. Surge então a Nova História Cultural:

¹Apesar de nas teorias de Hucheon não constarem análises de poemas, só de romances, percebemos que suas fundamentações cabem para esse gênero textual.

A expressão “nova história cultural” teve muito sucesso nos Estados Unidos, reunindo historiadores da literatura associados ao “novo historicismo”, historiadores da arte e da ciência, bem como o que podemos chamar de historiadores “comuns” ou “normais”. No entanto, o movimento é internacional (BURKE, 2008, p. 46).

Essa nova abordagem amplia o que se fazia na micro-história, em que se propunha reagir contra a globalização, dando ênfase aos valores das culturas regionais e dos conhecimentos locais. A consciência do que havia ficado de fora ou havia se tornado invisível foi uma das causas da ascensão do pós-colonialismo. Segundo Burke (2008, p. 158):

Os historiadores sociais radicais rejeitavam a narrativa porque a associavam a uma ênfase excessiva sobre os grandes feitos de grandes homens, à importância dos indivíduos na história e especialmente à supervalorização da importância dos líderes políticos e militares em detrimento dos homens – e mulheres – comuns. Mas a narrativa retornou, junto com uma preocupação cada vez maior com as pessoas comuns e as maneiras pelas quais elas dão sentido às suas próprias experiências, suas vidas, seus mundos.

Na Nova História Cultural, os personagens marginais não foram acrescentados à história, eles têm, na verdade, ocasionado sua reescrita. Nesse ponto, essa teoria nos interessa pelo fato de percebermos aí a possibilidade de analisar a configuração dos personagens protagonistas dos textos desta pesquisa e o porquê de eles terem uma posição de destaque nas obras. As reflexões acerca da Nova História Cultural cabem à abordagem de nossos objetos de análise, uma vez que em todos eles o enfoque é o marginalizado, ainda que o ponto de vista possa revelar-se dominante. Não por acaso, “A NHC é a forma dominante de história cultural – alguns até mesmo diriam a forma dominante de história – praticada hoje (BURKE, 2008, p. 68).

Fica claro, a partir disso, que as barreiras entre as disciplinas ou áreas de pesquisa estão se dissolvendo. A história e a literatura tornaram-se muito próximas uma da outra, percebendo-se, nessa relação, que o que foi omitido até então pela primeira a segunda se dispõe a mostrar, até mesmo de um ponto de vista criativo e jocoso, como no caso das obras aqui analisadas.

O degredado de *Terra Papagalli*, Cosme Fernandes, o índio, o negro e a prostituta dos poemas de Oswald de Andrade não se esgotam no literário, pelo contrário, extrapolam para as novas perspectivas de se pensar o fazer histórico. O movimento entre literatura e história é recíproco, pois uma fornece à outra material para a construção de seus textos, e estes, por sua vez, narram fatos de indivíduos e da sociedade, e o ponto maior de encontro é que fazem isso pela linguagem. Ao refletir sobre história e ficção, Hutcheon (1991, p. 141) nos aponta:

[...] as duas são identificadas como construtos linguísticos, altamente convencionalizadas em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estrutura; e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa.

A centralidade da linguagem nessa abordagem nos remete novamente a Bakhtin, apontado por Burke (2008) como um dos teóricos mais originais do século XX. A importância de Bakhtin é confirmada também por este estudo, que se vale de seus conceitos sobre paródia, ironia e carnavalização para interpretar as obras que nos interessam. Estas, ao trazerem personagens e fatos consagrados pela história para, de certa forma, profaná-la e subvertê-la, acabam por produzir algo novo acerca do passado que abordam. O olhar que a história oficial lança aos eventos, focalizando os “grandes homens” e seus “grandes gestos”, é, dessa forma, desafiado, e o leitor é convidado a experimentar novas lentes, a explorar novos horizontes e a encarar os fatos a partir de outros possíveis, ainda que inusitados, pontos de vista. Daqui a nossa ideia acerca da proximidade, se não de métodos e objetivos, pelo menos entre as intenções da Nova História Cultural e a dos textos literários abordados por esta pesquisa. Ambos, a nosso ver, colaboram para uma descentralização da história, lançando luzes – poéticas, narrativas ou documentais – sobre sujeitos marginalizados pelos discursos oficiais.

A colonização serve-nos como exemplo de fato que sempre foi abordado pela perspectiva dos grandes homens, dos heróis que descobriram novas terras, segundo as narrativas tradicionais. Por isso o nosso interesse pelas obras literárias já mencionadas. Nelas, personagens que nem figuravam na história ou figuravam como pano de fundo vêm para o primeiro plano, e passam a ser os que fazem os fatos se concretizarem. A respeito da palavra “descoberta”, tão comum nesse contexto, Burke demonstra outra expressão que pode ser considerada mais social:

A expressão “encontros culturais” passou a ser usada em substituição à palavra etnocêntrica “descoberta”, especialmente a partir de 1992, com as comemorações dos 500 anos do desembarque de Colombo nas Américas. Ela está associada a novas perspectivas na história, dando atenção tanto à “visão dos vencidos”, como chamou o historiador mexicano Miguel León-Portilla, como a visão dos vencedores (BURKE, 2008, p. 155).

A mudança de um termo para outro não altera a intenção dos colonizadores. Embora realmente houvesse o encontro de culturas – que Oswald vai usar em seu poema “brasil” como justificativa da formação do nosso país (a mistura do português, do índio e do negro) – os

colonizados tiveram que se submeter à cultura do colonizador. Burke usa a palavra tradução para se referir ao trabalho dos indivíduos, no caso os colonizadores, para “domesticar” os colonizados.

Com uma visão etnocêntrica e colonizadora, os portugueses se achavam no direito e até no dever de alterar o modo de viver dos índios. Os padres jesuítas são um bom exemplo da defesa em sujeitar os naturais da terra. O fundador da missão jesuítica no Brasil, Padre Manuel da Nobrega, em carta de 1558 ao Padre Miguel de Torres, afirma que o único “remédio era, pois, domá-los por temor e sujeição” (HOLANDA, 2000, p. 377). Ainda nesse mesmo propósito, Padre José de Anchieta,

mostrando-se igualmente partidário da sujeição dos índios, ajunta que não vê outro remédio senão este: “porque”, diz, “para este gênero de gentes não há melhor pregação do que espada e vara de ferro” [...] se compara mais ou menos a um veterinário, pela necessidade em que se achou de tratar das doenças dos índios (HOLANDA, 2000, p. 377).

Essa visão que se tinha do gentio não era fruto só da missão de catequizar ou cristianizar. Os cronistas que descreviam o Brasil quinhentista, e em específico Pero de Magalhães de Gândavo, em seu *Tratado da Terra do Brasil*, apontavam a sua opinião sobre os índios.

A lingoa de que uzam, toda pela costa, he uma [...] carece de três letras, convém a saber nam se acha nella F, nem L, nem R, couza digna despanto porque assi nam tem Fé, nem Lei, nem Rey, e desta maneira vivem desordenadamente sem terem alem disto conta, nem pezo, nem medida (GÂNDAVO, 1858, p. 44).

Para esse português, ao abordar a língua tupi, os índios careciam de três letras: F, L e R, e por isso não tinham fé, nem lei, nem rei. Conclusão típica do olhar etnocêntrico. O que mais precisariam para dominar o outro, sendo este, segundo a ideologia portuguesa nos quinhentos, sem qualquer tipo de organização social ou cultural, como política, religião e legislação?

Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Visão de Paraíso*, busca uma representação da sociedade no contexto da colonização brasileira, apontando as razões pelas quais os portugueses tomavam para si o direito de dominar os povos e as terras que encontravam, analisando também as consequências das atitudes que tinham para esse fim. Em decorrência desse tipo de análise seu livro foi considerado o primeiro no Brasil a realizar a história das mentalidades, devido ao seu caráter histórico-sociológico. Devemos levar em conta que a primeira publicação se deu em 1958, com viés de tese universitária, e a história das mentalidades ganhou destaque na França a partir de 1960, com Lucien Febvre. Com isso, podemos perceber que o historiador brasileiro já estava engajado na

proposta de um fazer histórico que não prezasse mais pelo narrativismo, pela história dos vencedores, como nomeia Burke.

Ratificando essa assertiva, no prefácio à segunda edição, Sérgio Buarque de Holanda (2000, p. XVII e XVIII) aponta, a respeito do ofício do historiador:

[...] não lhe pertence o querer erigir altares para o culto do Passado, desse passado posto no singular, que é palavra santa, mas oca. [...] uma das missões do historiador, desde que se interesse nas coisas de seu tempo – mas em caso contrário ainda se pode chamar historiador? –, consiste em procurar afugentar do presente os demônios da História. Quer isto dizer, em outras palavras, que a lúcida inteligência das coisas idas ensina que não podemos voltar atrás e nem há como pretender ir buscar no passado o bom remédio para as misérias do momento que corre.

Holanda nos aponta que os relatos dos cronistas e dos padres sempre se remetiam a uma visão de que o Brasil seria o paraíso terrestre. Para ilustrar vejamos o que recorta dos discursos de Padre José de Anchieta e de Pero de Magalhães de Gândavo:

Anchieta, em carta de 1560, quando já contava cerca de sete anos de residência na terra. Nesse documento, depois de falar das estações do ano, que nela se dividem de modo inteiramente oposto ao da Europa, de sorte que é inverno aqui quando lá é verão, e vice-versa, acrescenta que ambas “são de tal modo temperadas, que não faltam no tempo de inverno os calores do sol para contrabalançar o rigor do frio, nem no estio, para tornar agradáveis os sentimentos, as brandas aragens e os úmidos chuveiros, posto que esta terra, situada [...] à beira-mar, seja regada em quase todas as estações do ano pelas águas da chuva.”

E de fato é a esta “província de Santa Cruz”, tomada no seu conjunto, que pretendem aplicar-se aquelas palavras do cronista, onde escreve que é “à vista mui deliciosa e fresca em gram maneira: toda está vestida de mui alto e espesso arvoredado, regada com as águas de muitas e preciosas ribeiras de que abundantemente participa toda a terra, onde permanece sempre a verdura, com aquela temperança da primavera” que em Portugal, acrescenta, “nos oferece Abril e Maio”. Concluindo, diz ainda: “E isto causa não haver lá frios, nem ruínas de inverno que ofendam as suas plantas, como cá ofendem as nossas. Em fim que assi se houve a Natureza com todas as cousas desta Província, e de tal maneira se comedio na temperança dos ares, que nunca nela se sente frio nem quentura excessiva” (HOLANDA, 2000, p. 367-368).

A abundância de águas, a pouca mudança climática fornecendo “os bons ares”, a variedade da fauna e da flora, os discursos dos naturais da terra sobre o que ali havia atiçavam nos portugueses a cobiça e a ânsia pela posse. Para a exploração de todos os elementos favoráveis à riqueza dos colonizadores, o índio foi a melhor ferramenta, que, para além do uso de sua mão de obra, serviu também como mercadoria para o grande e lucrativo tráfico de escravos. Este último é um dos pontos fortes da trama de *Terra Papagalli*, já que Cosme Fernandes, o protagonista do

romance, ganha fama na história (o Bacharel da Cananeia) e na ficção, por consequência, por traficar grande número de escravos indígenas. Acerca do tráfico, HOLANDA (2000, p. 104) destaca:

[...] o grande atrativo que podiam oferecer agora aquelas regiões, tão cobiçadas de início como portas de fabulosos tesouros, concentrava-se nos lucros proporcionados eventualmente por um tão largo viveiro de índios submissos e prestativos. A inclinação para as jornadas de caça ao gentio desponta assim no ânimo dos habitantes da capitania [...].

Esse tráfico foi motivo para conflitos entre os colonos e os jesuítas. O misto de ambição e devoção deu origem a diversos atritos, resultando na expulsão dos padres em determinadas localidades. Já mencionamos que mesmo esses, os jesuítas, não tinham uma visão muito humana dos índios que, no ver deles, eram alvo de uma ação para que passassem a ter características de gente: “não podem converter hum em hum anno por sua rudeza e bestialidade” (NOBREGA apud HOLANDA, 2000, p. 373).

Para Holanda, os portugueses reduziram os motivos edênicos a uma dimensão verossímil, ou seja, se o Brasil tinha tantos atrativos por que não usá-los para enriquecer? Por isso esse autor aponta os dizeres de outro historiador brasileiro:

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão, em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto (PRADO JÚNIOR apud HOLANDA, 2000, p. 402).

Estudioso e professor de literatura, Alfredo Bosi, em seu livro *Dialética da Colonização*, reforça esses argumentos mencionando como motivação dos colonizadores portugueses o dilatar a fé e o império. De acordo com Bosi (1992, p. 20):

Novas terras, novos bens abrem-se à cobiça dos invasores. Reaviva-se o ímpeto predatório e mercantil que leva à aceleração econômica da matriz em termos de uma acumulação de riqueza em geral rápida e grávida de consequências para o sistema de troca internacional. Pode-se calcular o que significou para a burguesia europeia, em pleno mercantilismo, a maciça exploração açucareira e mineira da América Latina. Se o aumento na circulação de mercadorias se traduz em progresso, não resta dúvida de que a colonização do Novo Mundo atuou como um agente modernizador da rede comercial europeia durante os séculos XVI, XVII e XVIII.

É inegável para o estudioso o caráter constante de coação e dependência a que foram submetidos os índios, os negros e os mestiços nas diversas formas de produção. A colonização é

sintetizada por ele como uma luta material e cultural, e, por consequência, política. A prática dos jesuítas em aculturar os índios se dava por meio de alegorias, o uso abstrato sobre o concreto nos autos encenados e nos sermões. A exploração para o trabalho escravo foi uma forma de manter, por bastante tempo, a condição para a existência social do branco livre. Somando essas ações o estudioso vai além, provocando a reflexão da colonização, enquanto máquina mercante e sistema, como provocadora e preparadora do surto do capitalismo mundial em que o Brasil acabaria por ingressar como uma nação dependente.

Bosi (1992) incursiona nessas análises, por meio dos textos literários, objetos com os quais trabalha, e, por meio deles, alcança os contornos históricos que os envolvem. Para ele: “Quem lida com redes simbólicas, como são os poemas, sermões ou romances, acaba descobrindo, na malha das frases, imagens trazidas pela memória social” (1992, p. 382).

Foi justamente a isso que se propôs o presente trabalho, compreender que o texto literário, além da fruição ao leitor, pode suscitar a percepção da busca pelo preenchimento das lacunas que a história oficial deixou, sem se preocupar em ser a única ou a última versão dos fatos.

Referências

ANDRADE, Oswald de. **Obras completas, VII Poesias Reunidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

BOSI, Alfredo. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta de Caminha: a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil**. 2. reimp. São Paulo: Martin Claret, 2007.

CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Almedina, 2009.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. **História da Província da Santa Cruz**. Lisboa: Tipografia da Academia real das ciências, 1858. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01968900#page/4/mode/1up>>. Acesso em: 26 jun. 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do paraíso**: Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

_____. **Uma teoria da paródia**. Lisboa: Edições 70, 1985.

TORERO, José Roberto; PIMENTA, Marcus Aurelius. **Terra Papagalli**: narração para preguiçosos leitores da luxuriosa, irada, soberba, invejável, cobiçada e gulosa história do primeiro rei do Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da História**: micro-história. Rio de Janeiro: Campus, 2002.